

Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

Associações criminosas, criminalidade organizada e crimes associados – obtenção e valoração da prova

25 de março, 8 e 30 de Abril

Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos:

- Conhecer e contextualizar o quadro normativo aplicável às associações criminosas — artigos 299.º e 300.º do Código Penal, Lei n.º 5/2002, Convenção de Palermo e Decisão-Quadro 2008/841/JAI;
- Analisar os elementos típicos e as formas de participação do crime, dissecando os elementos constitutivos do tipo legal;
- Abordar as relações concursais com outros tipos de crime, designadamente crimes praticados no âmbito da associação criminosa;
- Analisar estratégias de investigação e de construção da acusação, estruturando a estratégia processual adequada: identificação dos meios especiais de obtenção de prova e articulação com instrumentos de cooperação judiciária internacional — mandado de detenção europeu, equipas de investigação conjunta e EUROJUST

1.º dia – 25 de março

Manhã	Tarde
10h00 Abertura	14h30 A Investigação de crimes conexos com a associação criminosa
10h15 Criminalidade organizada e associações criminosas	Sandra Marques , Procuradora da República junto do DCIAP
Mário Pedro Meireles , Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa	15h15 Pausa
11h00 Pausa	15h30 As modernas configurações das associações criminosas. O crime como um "serviço"
11h15 O Branqueamento como crime conexo com a Associação Criminosa e questões atinentes à recolha de prova	Rui Osório , Inspetor Coordenador de Investigação Criminal da UNCT da Polícia Judiciária
Ana Raquel Conceição , Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho	16h15 Debate
12h00 Debate	Moderação: Antero Taveira , Procurador da República e Docente do Centro de Estudos Judiciários
Moderação: Ana Paula Conceição , Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários	

Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

A aplicação da carta dos Direitos Fundamentais da UE e da Convenção contra a Tortura: o panorama português

25 de março, 8 e 30 de Abril

Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos: A conferência pretende reforçar a importância dos Direitos Fundamentais na ótica do Direito Comunitário e Internacional, bem como o seu reflexo na ordem jurídica portuguesa. Pretende ainda analisar a natureza e o reconhecimento expresso dos direitos fundamentais ao nível europeu e suas implicações práticas na jurisprudência.

Visa ainda dar a conhecer os mecanismos nacionais de prevenção da tortura e outros tratamentos degradantes, em conformidade com as obrigações assumidas pelo Estado Português na Convenção contra a Tortura.

Esta ação de formação será preferencialmente presencial, através do método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

2.º dia – 8 de abril

Manhã	Tarde
9h30 Abertura	14h00 Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes – natureza e conteúdo; definição de <i>tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes</i> e seus reflexos na ordem jurídica portuguesa. Vânia Costa Ramos , advogada, Presidente a nível europeu do Comité contra a tortura
9h45 A Carta dos Direitos Fundamentais da EU - A(s) jurisprudência(s) europeia(s) da última década: implicações maiores para o Direito e a prática nacionais, a propósito da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais Paulo Pinto de Albuquerque , Professor Catedrático da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa	15h00 Pausa
10h45 Pausa	15h15 O panorama português – mecanismos de prevenção da tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em Portugal Inês Horta Pinto , Investigadora Integrada do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
11h00 TJUE, TEDH e Tribunais Nacionais: em diálogo? Alessandra Silveira , Diretora do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU) da Universidade do Minho	16h15 Debate Moderação: Ana Paula Conceição , Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários
12h00 Debate Moderação: Ana Maria Mexia , Procuradora da República e Docente do Centro de Estudos Judiciários	

Jornadas de Direito Penal e Processual Penal

Concurso de crimes e concurso de penas e determinação da pena única

25 de março, 8 e 30 de Abril

Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos: Aprofundar o conhecimento teórico e prático sobre o regime jurídico do concurso de crimes e do concurso de penas no direito penal português, identificar os critérios jurídicos aplicáveis à determinação das penas em situação de concurso, as situações em que deverá ser realizado cúmulo jurídico de conhecimento superveniente, bem como sobre os critérios de determinação da pena única, promovendo uma correta aplicação das normas penais e da jurisprudência relevante.

3.º dia – 30 de abril

Manhã	Tarde
9h45 Abertura	14h30 Conhecimento superveniente do concurso
10h00 Unidade e pluralidade de infrações: as formas possíveis do concurso de crimes	Francisco Mota Ribeiro , Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto, em comissão de serviço como Inspetor do Conselho Superior da Magistratura Judicial
Inês Ferreira Leite , Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	
11h30 Pausa	15h15 Pausa
11h15 Análise da jurisprudência mais relevante sobre o tema	15h30 A determinação da pena única
Edgar Valente , Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Évora	Pedro Vaz Patto , Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto
12h30 Debate	16h15 Debate
	Moderação: Ana Paula Conceição , Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários
Moderação: Belmira Felgueiras , Juíza Desembargadora e Docente do Centro de Estudos Judiciários	